



Lua Nova

ISSN: 0102-6445

luanova@cedec.org.br

Centro de Estudos de Cultura
Contemporânea
Brasil

Jardim Pinto, Céli Regina
A TRAJETÓRIA DISCURSIVA DAS MANIFESTAÇÕES DE RUA NO BRASIL (2013-
2015)

Lua Nova, núm. 100, enero-abril, 2017, pp. 119-155
Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67350696005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A TRAJETÓRIA DISCURSIVA DAS MANIFESTAÇÕES DE RUA NO BRASIL (2013-2015)

Céli Regina Jardim Pinto

é professora titular do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: <celirjp@gmail.com>

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-119153/100>

Entre 2013 e 2015, o Brasil vivenciou um conjunto significativo de manifestações que levou milhares de pessoas às ruas de suas principais cidades. Neste artigo, analisamos a trajetória discursiva desses eventos percorrendo três momentos distintos e fundamentais: (1) as manifestações de junho de 2013; (2) as manifestações relacionadas à Copa do Mundo de Futebol em 2014; e (3) as manifestações pelo *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff em março de 2015. Pretendemos demonstrar que, no decorrer de cerca de dois anos, houve um deslocamento discursivo em uma direção conservadora.

Desde a luta pela redemocratização do país, no início da década de 1980, as ruas tinham sido ocupadas majoritariamente por grupos identificados com posições políticas de centro-esquerda e de esquerda. Porém, a partir de 2013 e mais acentuadamente em 2014 e 2015, os manifestantes tenderam cada vez mais a se identificar com posições políticas de centro e de direita.

É mister assumirmos as dificuldades inerentes à identificação de posições de esquerda, centro e direita no cenário

da atual política brasileira. Mesmo com essa ressalva, não cometemos um erro grosseiro em afirmar que o PT, o PCdoB e alguns pequenos partidos mais radicalizados, como PSTU e PSOL¹, tanto se autoidentificam como são identificados pelas oposições como de esquerda ou centro-esquerda, enquanto as oposições, mesmo sem se autodefinirem, podem ser identificadas como pertencendo ao espectro político do centro ou centro-direita e mesmo de direita, caso de alguns grupos minoritários. Se, *grosso modo*, essa divisão corresponde às grandes tendências da política contemporânea nacional, não podemos, entretanto, afirmar que todas as políticas levadas a efeito pelo PT no governo tiveram a marca da esquerda, assim como estamos longe de afirmar que todas as pessoas que foram às ruas em 2015 eram de direita.

120

A hipótese sobre essa trajetória é de que as bases do discurso tendencialmente de direita de 2015 foram dadas nas manifestações de 2013, e que o ponto de inflexão desse processo ocorreu no momento preciso do jogo que marcava a abertura da Copa do Mundo de Futebol de 2014, inaugurando o estádio Itaquerão, na cidade de São Paulo, no dia 12 de junho.

Para levar a efeito nosso objetivo, nos valem da teoria do discurso desenvolvida por Ernesto Laclau, cujas principais teses encontram-se nas obras *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical* – escrita com Chantal Mouffe e lançada em 1985² – e *A razão populista* – publicada em 2005³.

Sem o propósito de reconstituir a história dos eventos e sim de descrever sua trajetória discursiva, para buscarmos entender as alterações ocorridas no discurso político-

¹ PT (Partido dos Trabalhadores), PCdoB (Partido Comunista do Brasil), PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).

² Publicada no Brasil em 2015 (São Paulo, Intermeios).

³ A edição brasileira usada neste artigo é de 2013.

-ideológico do período, este artigo abordará inicialmente os conceitos utilizados para a análise, para, em seguida, debruçar-se sobre cada um dos três momentos das manifestações que reuniram de dezenas a centenas de milhares de pessoas em diversos cantos do país. A seleção dos três momentos se justificam por razões diversas: o primeiro, pela sua condição inaugural, espontânea, e pelo grande número de pessoas que reuniu; o segundo, por sua condição simbólica, já que se opunha ao grande evento da Copa do Mundo de futebol; e o terceiro, por ser a primeira grande manifestação que especificamente pedia o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff.

O primeiro momento se inicia com uma manifestação em fevereiro de 2013 contra o aumento da passagem do transporte coletivo na cidade de Porto Alegre (RS), liderada por um grupo que se organizou à época, chamado Bloco de Lutas. No mês de junho, as manifestações tomaram vulto, principalmente nas grandes cidades. Segundo fontes jornalísticas, mais de 1 milhão de pessoas estiveram nas ruas nesse mês⁴.

121

⁴ Há muita imprecisão nos dados sobre as manifestações de 2013; a própria natureza do evento dificulta essa precisão. Obtivemos a informação de que houve manifestações em 228 cidades brasileiras (<<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/em-dia-de-maior-mobilizacao-protestos-levam-centenas-de-milhares-as-ruas-no-brasil.htm>>; acesso em: 20 out. 2015). Quanto ao número, o jornal *Folha de S.Paulo* afirma: “Em junho de 2013 – mês marcado por uma onda de enormes protestos pelo país –, as manifestações de rua passaram de cerca de 2.000 para mais de 1 milhão de pessoas em duas semanas.” (<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1602961-protestos-de-junho-de-2013-atrairam-1-milhao-no-auge.shtml>>; acesso em: 20 out. 2015). O *blog* do *Observatório da Imprensa* dá os seguintes números: “O dia 17 de junho de 2013 destaca-se em todo esse processo pela significação dos atos realizados em vários pontos do Brasil. A adesão iniciada no dia 13 ganhou dimensão verdadeiramente nacional e levou às ruas centenas de milhares de pessoas, espalhadas por cidades como São Paulo (65 mil), Brasília (5 mil), Rio de Janeiro (100 mil), Belo Horizonte (30 mil), Fortaleza (50 mil), Vitória (ES) (20 mil), Curitiba (10 mil), entre outras, além de municípios de vários Estados da federação. Outros protestos foram realizados posteriormente, incluindo uma grande mobilização nacional no dia 20, onde 1,25 milhão de pessoas, de acordo com matéria do Portal *GI*, participaram de protestos em várias cidades.” (<http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed755_um_ensaio_sobre_o_mes_de_junho_de_2013>; acesso em: 20 out. 2015).

No ano de 2014 – o segundo momento em pauta –, as manifestações giraram em torno da Copa do Mundo de Futebol e se estenderam por todo o primeiro semestre. Destacaremos exemplos de mobilização nacional às vésperas da Copa e também do que ocorreu nos meses de junho-julho durante o evento. Essas manifestações tiveram lugar nas cidades onde havia jogos, mas não juntaram um número expressivo de pessoas como nas manifestações de 2013; além do mais, protestos contra a Copa estavam sendo severamente reprimidos pela polícia⁵.

O terceiro momento das manifestações aconteceu precisamente no dia 15 de março de 2015, em todo o país, com o tema específico do *impeachment* da Presidenta Dilma. As manifestações do dia 15 foram as maiores em número de pessoas presentes até então. Segundo o Instituto Datafolha, só na cidade de São Paulo havia 210 mil pessoas nas ruas. O cálculo geral em todo o país chegou a 2 milhões⁶.

122

Os exemplos de cada um dos momentos tratados neste artigo foram recolhidos de notícias de jornais, revistas, *sites*, *blogs* e páginas do Facebook de grupos participantes. As manifestações que ocorreram no Brasil nos anos de 2013, 2014 e 2015, assim como as do ano de 2011 no restante do mundo, tiveram as redes sociais como um elemento novo

⁵ O *blog* de notícias *G1* deu os seguintes números sobre as manifestações convocadas para o dia 15 de maio de 2014: “Nesta quinta-feira (15) houve protestos contra a Copa do Mundo em 12 cidades do Brasil. Em Porto Alegre, Salvador, Maceió, João Pessoa, Fortaleza, Palmas, Sorocaba e Bauru, as manifestações reuniram, cada uma, entre 50 e 300 pessoas, segundo as autoridades. Em Brasília, Belo Horizonte e Rio, o número variou entre 600 e 1,3 mil pessoas. Em São Paulo, houve vários protestos nesta quinta-feira, o maior deles com cinco mil pessoas, segundo a PM.” (<<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/05/doze-cidades-do-brasil-tem-protestos-contr-a-copa-do-mundo.html>>; acesso em: 20 out. 2015).

⁶ “Cerca de 2 milhões de pessoas foram às ruas para protestar contra o governo federal e contra a corrupção neste domingo (15) em todos os Estados do país, além do Distrito Federal, segundo cálculos da Polícia Militar de cada Estado.” (<<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/03/15/protestos-contr-a-governo-e-corrupcao-reunem-mais-de-2-milhoes-pelo-brasil-dizem-pms.htm>>; acesso em: 20 out. 2015).

de organização e convocação. Muito se tem escrito sobre ser este um fenômeno decorrente da existência das redes sociais (Castells, 2012; Zizek, 2011). Neste artigo, essa questão não será abordada pelo fato de o tema em discussão – a trajetória discursiva das manifestações – não estar diretamente relacionado com as formas de adesão aos eventos. Reconhecemos, porém, que tal como aconteceram, eles são evidentemente decorrentes da popularização das redes sociais e aplicativos em celulares. Entretanto, não nos parece razoável derivar daí os discursos que produziram, isto é, assim como geraram as consignas “não vai ter Copa” e “fora Dilma”, as redes sociais poderiam ter gerado consignas “tudo pela Copa” e “todos com Dilma”.

Sobre os conceitos utilizados para a análise do discurso das manifestações

A perspectiva teórica desenvolvida por Ernesto Laclau contém uma chave analítica que permite uma intervenção qualificada sobre as manifestações de rua do Brasil de 2013-2015, do ponto de vista de uma construção discursiva que sofreu significativa alteração ao longo do processo, de modo a podermos dizer que as manifestações começaram coloridas de esquerda em 2013 e chegaram a 2015 com fortes tons de direita. Os conceitos que serão utilizados na análise são: discurso, articulação, cadeia de equivalência, antagonismo, significativo vazio, significativo flutuante, povo, liderança.

Laclau entende que não faz sentido a distinção entre discursivo e não discursivo, tudo é significado através de um processo de articulação, e que nada pode ser dito, entendido ou reconhecido fora dele. É muito contundente em enfatizar que negar essa distinção não tem nada a ver com o idealismo, é, ao contrário, romper com a existência de um ideal distinto do material. Daí que o conceito de articulação, que ele chama de prática articulatória, adquire centralidade: o sentido se constitui através da articulação entre

significantes, que não trazem implícito nenhum sentido necessário. Um exemplo clássico seria a noção de democracia, que adquire sentido diverso nos discursos de direita dos militares nos golpes na América Latina na segunda metade do século XX, nas chamadas democracias liberais e nas experiências socialistas do Leste Europeu e mesmo da China. Em cada um desses cenários, a democracia é significada a partir da articulação de diferentes significantes.

A problemática geral da discursividade ganha contornos mais específicos quando se trata de analisar discursos políticos. Diferente do discurso religioso ou do discurso científico, que se legitimam por reivindicar a verdade pela fé ou pelos paradigmas, o discurso político disputa espaço de verdade em uma contínua contenda com seus opositores, no interior da arena política. E nele, a prática articulatória é muito mais facilmente identificável, pois, ao buscar fixar sentido, torna explícito o embate entre diferentes posicionalidades.

124

Se não há um sentido primeiro, anterior ao discurso, todo sentido contém uma natureza precária e se encontra em luta constante para se afastar dessa precariedade. No caso do discurso político, uma prática fundamental é a constituição de cadeias de equivalência que constroem sentidos, minimizando as diferenças e as simbolizando através do que Laclau chama de *significante vazio*.

A existência da equivalência pressupõe a de diferenças; duas coisas só se tornam equivalentes se forem diferentes. Por exemplo, corrupção e desemprego só podem ser equivalentes dentro de uma prática articulatória; fora dela, não há por que afirmar que essas duas condições se equivalham, que uma existe devido à outra. Segundo Laclau (2013, p. 105), há momentos mais institucionalizados em que as diferenças tendem a ser mais marcadas e momentos de ruptura ou crise em que as diferenças tendem a ser minimizadas, tornando-se mais facilmente equivalentes. Em várias fases de sua obra (Laclau e Mouffe, 1985; Laclau, 1996, 2013, 2014), o autor

aponta que demandas de classes populares ou de trabalhadores podem ser articuladas em um discurso de diferenças onde se esgotam em si mesmas, por exemplo, uma luta por aumento salarial atendida. De forma distinta, podem ser articuladas em uma cadeia de equivalência onde a luta por aumento salarial se articula à luta contra uma política fiscal, contra a corrupção, contra o desemprego etc. Essa cadeia de equivalência se estabelece em relação a um *outsider*, o outro antagônico⁷: um movimento político popular, ao enfrentar um poder dominante, articula demandas diferenciadas como equivalentes e antagônicas a esse poder (aquele que não permite que eu seja eu completamente).

Da lógica da equivalência derivam-se dois conceitos importantes para a análise do discurso: *significante vazio* e *significante flutuante*. A disputa entre forças políticas pela hegemonia é um momento privilegiado de construção de cadeias de equivalência. Por exemplo, em 1983, no Brasil, quando houve um grande movimento popular pela volta das eleições diretas para presidente da República, a campanha denominada “Diretas Já” articulou um conjunto de sentidos: “diretas já” também significava fim da corrupção, fim da inflação, fim do desemprego, respeito aos direitos humanos. Para Laclau, a campanha “Diretas Já” se constituiria em um *significante vazio*.

125

Como sabemos, a identidade popular precisa ser condensada em torno de alguns “*significantes vazios*” (palavras, imagens) que se referem à cadeia de equivalência como uma totalidade. Quanto mais extensa a cadeia, menos esses

⁷ O conceito de antagonismo é central no trabalho de Laclau. Contrapondo-se ao conceito de dialética, ele explica: “Antagonism is a relation between inimical forces, so that negativity becomes an internal component of such a relationship. Each force negates the identity of the other” / “Antagonismo é a forte oposição entre forças inimigas, em que a negação é inerente à própria relação. Cada força nega a identidade da outra” (Laclau, 2014, p. 43).

significantes serão ligados às suas demandas particularistas originais. Isso quer dizer que a função de representar a relativa “universalidade” da cadeia prevalecerá sobre a função de expressar a reivindicação particular que constitui o sustentáculo material dessa função. Em outras palavras, a identidade popular tornar-se cada vez mais plena de um ponto de vista extensivo, pois representa uma cadeia de demandas cada vez maior; torna-se, porém intensivamente mais pobre, pois precisa despojar-se de conteúdos particularistas a fim de abarcar demandas sociais heterogêneas. Isto é, a identidade popular funciona como um significante que tende a ser vazio (Laclau, 2013, pp. 153-54).

126

O significante vazio, portanto, não o é porque não tenha significado, mas exatamente porque contém todos os significados. Dessa forma, não se distancia de outro conceito importante no aporte teórico de Laclau: o de significante flutuante. Tomemos, por exemplo, o combate à corrupção, que, por sua popularidade em um cenário político específico, se descola da cadeia de equivalência e se torna um significante flutuante, à disposição de discursos que o disputam. A princípio, não há uma filiação ideológica nesse combate. Um significante flutuante pode ser articulado com uma posição de esquerda, tornando-se equivalente a governo popular, antiburguês, Estado forte, partidos das classes populares. No entanto, em um momento de publicidade de casos de corrupção de um governo identificado como popular, criam-se condições para que o combate à corrupção seja articulado a posições de centro-direita, tornando-se equivalente a, por exemplo, Estado mínimo, mercado e liberalismo econômico.

Laclau (2013, p. 165) exemplifica o aparecimento do significante flutuante indicando como uma demanda popular pode deixar uma cadeia de equivalência progressista para se articular a um discurso conservador:

[...] neste caso, as mesmas demandas democráticas sofrem a pressão estrutural dos projetos hegemônicos rivais. [...] A questão é que seu significado é indeterminado entre fronteiras alternativas de equivalências. Denominarei “significantes flutuantes” esses significantes cujo sentido está, assim, “suspense” (Laclau, 2013, pp. 197-98).

Os conceitos de *significante vazio* e *significante flutuante* são particularmente importantes para análise proposta neste artigo, uma vez que, nas manifestações de 2013, há intensa circulação de discursos que se fragmentam em significantes flutuantes ao longo do processo e que irão se rearticular em dois projetos opostos nas eleições presidenciais de 2014.

Ainda para a análise da trajetória discursiva das manifestações de 2013-2015 são importantes as categorias de *povo* e *liderança*. O conceito de *povo* não tem nenhuma relação com o conceito de *população*, *massa* ou *multidão*; pode-se dizer que é um *significante vazio*, a unificação de uma pluralidade de identidades em certo momento de luta. Não existe um *povo* anterior às demandas da cadeia de equivalência; o *povo* é uma construção que se renova na luta pela hegemonia. Ao discutir a questão democrática, Laclau (2013, p. 215) afirma:

Os significantes vazios só podem desempenhar seu papel se significam uma cadeia de equivalência e só o fazem constituindo um povo. Em outras palavras: a democracia só pode fundar-se na existência de um sujeito democrático, cuja emergência depende da articulação vertical entre demandas equivalências. Um conjunto de demandas de equivalências articuladas por um *significante vazio* é o que constitui um povo.

Finalmente, a noção de *líder*, que se confunde com o próprio *povo*, representa a unidade simbólica da cadeia de equivalência em um momento transcendente singular:

“a identificação da unidade do grupo como o nome do líder” (Laclau, 2013, p. 230).

Primeiro momento das manifestações: as jornadas de junho de 2013

As manifestações em 2013 começaram no mês de fevereiro na cidade de Porto Alegre, lideradas pelo grupo Bloco de Lutas, contra o aumento das passagens do transporte urbano⁸. Entretanto, as que irão se alastrar pelo país com a mesma demanda não estavam diretamente ligadas aos acontecimentos de Porto Alegre, elas foram chamadas pelo Movimento Passe Livre (MPL)⁹ surgido em São Paulo.

⁸ “O Bloco de Lutas pelo Transporte Urbano foi constituído em 2013, reunia um conjunto diferenciado de movimentos e grupos que atuavam na cidade [de Porto Alegre], nele havia uma forte tendência anarquista e partidos de esquerda que se colocavam em oposição ao governo do PT. Josep Segarra (2015, p. 27), trabalhando com a ocupação da Câmara Municipal de Porto Alegre ocorrida em julho de 2013 pelo Bloco de Lutas, assim define o grupo: “Bloco de Lutas estava formado, no momento da Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (10-18 de julho de 2013), por diversas organizações políticas esquerdistas e pessoas autônomas. Entre os coletivos anarquistas e libertários, se encontravam a FAG (Federação Anarquista Gaúcha), o Assentamento Urbano Utopia e Luta e o Moinho Negro. Havia também militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) e de partidos à esquerda do PT: PSOL (Partido Socialismo e Liberdade, com diversas das suas correntes: Vamos à Luta, Alicerce, Juntos, CST), PSTU (Partido Socialista Trotskista Unificado) e PCB (Partido Comunista Brasileiro).”

⁹ Em sua página oficial na internet, o MPL assim se define: “O Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada.

O MPL é um grupo de pessoas comuns que se juntam há quase uma década para discutir e lutar por outro projeto de transporte para a cidade. Estamos presentes em várias cidades do Brasil e lutamos pela democratização efetiva do acesso ao espaço urbano e seus serviços a partir da Tarifa Zero!

O MPL foi batizado na Plenária Nacional pelo Passe Livre, em janeiro de 2005, em Porto Alegre. Mas, antes disso, há seis anos, já existia a Campanha pelo Passe Livre em Florianópolis. Fatos históricos importantes na origem e na atuação do MPL são a Revolta do Buzu (Salvador, 2003) e as Revoltas da Catraca (Florianópolis, 2004 e 2005). Em 2006, o MPL realizou seu 3º Encontro Nacional, com a participação de mais de 10 cidades brasileiras, na Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Em 2013, impulsionado pela revogação do aumento em mais de 100 cidades, ocorreu o 4º Encontro Nacional” (Disponível em: <mpl.org.br>; acesso em: 29 set. 2015).

As manifestações tomaram um rumo diferente do que previa as convocações do MPL e se tornaram eventos contra a corrupção, os políticos, os partidos políticos, o governo, os serviços públicos. Os participantes eram jovens, alguns pertenciam a grupos organizados, mas a maioria chegou às ruas através das redes sociais, como indivíduos em grupos de amigos e sem militância política anterior em partidos ou movimentos sociais.

Pela proximidade temporal, se tendeu a associar essas manifestações com o que havia acontecido na Europa em 2011, principalmente na Espanha. Há pontos de convergência na juventude dos participantes e na forma quase espontânea como a maioria das manifestações tomaram corpo. Palavras de ordem dos cartazes das manifestações de 2013, como “eles não me representam”, referindo-se aos políticos tradicionais, já haviam aparecido na Plaza del Sol, em Madri, em 2011. Mas as semelhanças se esgotam aí. Nos anos das respectivas manifestações, Espanha e Brasil viviam situações opostas em termos econômicos. Enquanto grande parte dos jovens espanhóis estava desempregada, o Brasil vivia um momento de quase pleno emprego. A crise econômica que assolava a Espanha não havia chegado ao Brasil. Essa era a principal razão de os jovens terem saído às ruas naquele país¹⁰.

Se há uma característica capaz de definir as manifestações de rua de 2013 no Brasil é a diversidade de pessoas que delas participavam e que se revela em uma flagrante fragmentação discursiva. Estavam nas ruas: o Movimento Passe Livre em São Paulo, próximo ao PT; os Black Blocs, com performances violentas de ação direta, autodenominando-se anarquistas; bancários e professores das redes estaduais,

¹⁰ Em 2013, o Brasil tinha uma taxa de desemprego geral de 5,4% e entre os jovens a taxa era de 13,7% (fonte: <www.ibge.br>). Já a Espanha tinha uma taxa de desemprego de 26,03%, destes 53,7% eram de jovens (fonte: <http://www.jornal-denegocios.pt/economia/europa/detalhe/espanha_fechou_2013_com_desemprego_nos_26.html> acesso em: 10 jan. 2016).

reivindicando melhores salários; jovens de classe média posicionando-se contra a corrupção, os partidos políticos e o governo Dilma; médicos revoltados com os programas de saúde do governo para o atendimento à população carente; grupos minoritários clamando pela volta dos militares; jornalistas da Rede Globo de televisão defendendo o direito do “cidadão de bem” de se manifestar¹¹.

Para evidenciar a diversidade discursiva das manifestações de 2013, tomaremos a fala de três atores: o Movimento Passe Livre em São Paulo, os Black Blocs e o restante – a maioria fragmentada.

O Movimento Passe Livre

Em junho de 2013, o Movimento Passe Livre (MPL) teve enorme êxito em chamar para as ruas da cidade de São Paulo um grande contingente de pessoas para se manifestar contra o aumento de 20 centavos de reais na passagem de ônibus. O comportamento dos militantes do MPL expressou-se de forma muito linear: eles convocaram o povo a ir às ruas, foram ouvidos pelo prefeito, que, mesmo se opondo ao movimento, determinou a suspensão do aumento da passagem, atendendo assim à reivindicação do MPL. Seus integrantes se autoidentificavam como apartidários, descrentes das atuais instituições políticas e sem interesses pela vida política partidária, como afirmavam:

¹¹ A presença da mídia como um ator ativo nas manifestações nesses dois anos ainda necessita ser analisada. Foge do alcance deste artigo fazê-lo, mesmo assim não se pode deixar de pontuar a atuação da Rede Globo de televisão, tanto em sua versão de TV aberta como no seu canal pago de notícias, em campanha declarada a favor das manifestações, principalmente em 2013 e 2015. No primeiro ano, a emissora construiu um discurso que dividia os manifestantes entre vândalos, aqueles que eram violentos e portavam palavras de ordem contra os jornalistas da emissora, e os “cidadãos de bem”, que tinham o direito de se manifestar. Quanto mais as manifestações adquiriam uma postura antigoverno federal, mais a Rede Globo cobria os eventos, chegando a mudar sua grade de programação e o horário de sua mais importante atração, a chamada “novela das 9”. Também em 2015, a posição da rede foi francamente a favor dos protestos, fazendo cobertura completa das manifestações pró-*impeachment* da presidenta da República.

Acreditamos em uma nova forma de se fazer política e não nos organizamos para eleições. Pressionamos o governo por políticas públicas, mas defendemos na nossa prática cotidiana *que existe política além do voto*. No entanto, é preciso deixar claro que ser “apartidário” não significa ser “antipartidário”. Militantes de partidos políticos são totalmente bem-vindos para colaborar na luta por passe livre (*blog MPL*, <<http://tarifazero.org/mpl/>>; acesso em: 10 ago. 2013; grifo no original).

Mesmo se identificando como apartidário, o movimento foi sempre associado a partidos e posições à esquerda, o que possivelmente tenha provocado sua retirada das ruas quando as reivindicações se ampliaram e se tornaram visivelmente contra o governo do PT. As palavras de Nina Cappello, militante do MPL, atestam isso:

Interessava tanto à direita quanto à esquerda dar um golpe na nossa pauta. Quando se tem um tema unindo as pessoas nas ruas, é mais fácil conseguir pressionar e ter uma vitória. Interessava para vários setores dizer que a luta não era somente pelos R\$ 0,20. Colocam um monte de coisas no mesmo saco e não se conquista nada. Para nós do movimento, era, sim, pelos R\$ 0,20 (Cirenza, 2013).

131

O MPL era o movimento mais organizado nas ruas em junho de 2013, com o discurso mais popular e orgânico; justificou sua saída com o argumento de estar em meio a um fogo cruzado entre grupos de esquerda e de direita. E realmente estava: de um lado, o prefeito de São Paulo, do PT, partido próximo do MPL, e partidos de esquerda que faziam oposição ao PT; de outro lado, um discurso antipolítico emergia, investindo contra as bandeiras de partido, e estava claramente à direita no espectro político.

O MPL se colocava nas manifestações com uma diferença: uma demanda que, atendida, não se relacionava mais com nenhuma outra demanda. Apesar de defender a política além do voto, seus integrantes não se articularam, durante as manifestações, com partidos mais à esquerda ou com grupos anarquistas que defendiam a democracia direta. O MPL teve força de mobilização, mas sua posicionalidade de demanda democrática não articulada a nenhuma outra demanda impediu qualquer processo que permitisse o surgimento de uma cadeia de equivalência entre as diversas demandas que circulavam nas manifestações e a luta contra o aumento da passagem do transporte urbano. Ao contrário, o MPL se posicionou com uma demanda particular e se retirou das ruas assim que atendido. Quando o membro do MPL declarou que havia interesse dos dois lados (esquerda e direita) de associar o Movimento Passe Livre a outras lutas, estava falando da luta política por construção de cadeias de equivalência, que enfraqueceria o sentido de sua questão específica para torná-la equivalente a outras questões que circulavam nas manifestações.

Os Black Blocs

Com a retirada do MPL, houve notório vazio discursivo. A esquerda partidária, representada pelos PSOL e PSTU, não se manifestou; a radicalização ficou por conta dos Black Blocs, que se apresentavam não como um grupo ou movimento, mas como uma tática de manifestação para atacar os símbolos do capitalismo. Vestidos de preto, com os rostos cobertos para se protegerem de ser identificados pela polícia, os Black Blocs apareceram pela primeira vez na Alemanha, em 1980, por ocasião de uma visita de Ronald Reagan, então presidente dos Estados Unidos. Carreiro (2014, p. 245), ao introduzir seu trabalho sobre o ativismo dos Black Blocs nas redes sociais em 2013, no Brasil, assim os identifica:

Uma vez que as táticas específicas e os rumos de atuação podem variar de acordo com cada contexto, o fator de adaptação é importante para entender o fenômeno. No entanto, mantém-se a ideia de destruição de símbolos do capitalismo. Em Seattle, por exemplo, durante a realização da Conferência da OMC (Organização Mundial do Comércio) em 1999, os Black Blocs tiveram como alvo principal as lojas Starbucks – maior rede de cafeterias do mundo e com sede na cidade. Já no Brasil, em 2013, as agências bancárias e concessionárias de automóveis foram os mais atingidos.

Em entrevista à revista *Carta Capital* em 2 de agosto de 2013, sob o codinome Roberto, um membro dos Black Blocs que havia participado das manifestações de junho reafirmou a ideia de violência simbólica presente na atuação internacional:

Nossa sociedade é permeada por símbolos. Participar no Black Blocs é usá-los para quebrar preconceitos, não somente o alvo atacado, mas a ideia de vandalismo. Não há violência, mas performance. Eu não me sinto representado pelos partidos. E não sou a favor da democracia representativa, mas da democracia direta. Não é depredação pelo simples prazer de quebrar coisas, mas atacar símbolos que estão representados lá (Vieira e Locatelli, 2013).

Os Black Blocs foram duramente reprimidos pela polícia e classificados como vândalos pela mídia, que repetidamente traçava uma divisória entre eles, os violentos, e os cidadãos democráticos, “os cidadãos de bem”, estes, sim, na visão da mídia, se manifestavam legitimamente. Em que pese a clara diferença dos Black Blocs se comparados com os integrantes do MPL, no cenário das manifestações, a atuação dos dois grupos teve uma semelhança, que se revela de importância para

entender a trajetória discursiva que as manifestações tomaram. Se o MPL deliberadamente recusou qualquer possibilidade de se tornar um elo em uma cadeia de equivalência, que o poderia levar inclusive à posição de um significante vazio, os Black Blocs também tinham um discurso que se impunha pela diferença, pela impossibilidade de construir equivalência com os demais atores nas ruas. Seu discurso era a luta contra o capitalismo e seus símbolos, suas ações eram de enfrentamento físico com as forças policiais. Não havia demanda como no caso do MPL, mas uma performance que os isolava de qualquer outro grupo ou manifestantes individuais.

Não se pode afirmar que não havia outros grupos organizados nas manifestações de 2013, mas estes tiveram menor exposição que o MPL e os Black Blocs. Destacamos, porém, o protagonismo de um grupo de imprensa alternativa, a *Ninja*¹², que fez transmissões ao vivo, de várias partes do país, de todo o período das manifestações: 2013-2015.

134 O quadro que se apresentava era o de discursos autocontidos, que não se comunicavam com os outros significantes que circulavam nas manifestações. O que restava, portanto, era uma maioria fragmentada de manifestantes, e este é o fenômeno novo.

A maioria fragmentada

A maioria das centenas de milhares de pessoas que foram às ruas em junho de 2013 não pertencia a nenhum grupo organizado, eram indivíduos indignados com a corrupção, com os políticos, e identificavam no governo a culpa pelo que chamavam de caos na saúde, na educação e na segurança.

¹² “Mídia Ninja (*Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação*) é uma rede descentralizada de mídia de esquerda, com atuação em mais de 150 cidades no Brasil. Sua abordagem é conhecida pelo ativismo sociopolítico, declarando-se ser uma alternativa à imprensa tradicional. O grupo ganhou repercussão internacional na transmissão dos protestos no Brasil em 2013” (Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%ADdia_Ninja>). Ver também: <<https://web.facebook.com/MidiaNINJA/>>.

Uma pesquisa realizada durante as manifestações do dia 20 de junho nas capitais de sete estados e em Brasília, pelo maior instituto de pesquisa brasileiro – o Ibope¹³, oferece dados importantes sobre quem estava nas ruas: os manifestantes se dividiam igualmente entre homens e mulheres; 63% deles tinham entre 14 e 29 anos; 92% tinham o ensino médio completo, estavam na universidade ou tinham o ensino superior completo, estes últimos perfaziam 43% dos entrevistados¹⁴. Quanto à relação com a política, 96% não eram filiados a partidos e 86% não eram filiados a sindicatos, entidades de classe ou entidades estudantis. Mesmo levando em consideração certo nível de incerteza desse tipo de pesquisa realizado em manifestações, os números são muito indicativos de quem estava nas ruas e se resumem em: eram, em sua grande maioria, jovens, altamente escolarizados e sem experiência político-partidária ou associativa¹⁵.

Essa maioria portava cartazes feitos à mão, que criticavam a política e os políticos, pediam mais recursos para a saúde e a educação, mas vinham de setores menos populares do que aqueles aos quais pertenciam os costumeiros usuários desses serviços públicos. Essas demandas não eram marcadas ideologicamente; eram, entretanto, contra a política; exemplos de cartazes trazidos pelos manifestantes são ilustrativos: “o povo unido não precisa de partido”; “ou para a roubalheira ou

135

¹³ Os sete estados eram: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará e Bahia, além do Distrito Federal. Foram entrevistados 2002 manifestantes com 14 anos ou mais, com margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>>; acesso em: 20 jan. 2016.

¹⁴ A Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD; <www.ibge.br>) de 2012 aponta que 12% dos brasileiros têm o ensino superior completo.

¹⁵ Toda a vez que este artigo se referir à classe média, estará tratando de camadas intermediárias da população brasileira com ocupação no setor de serviços na esfera privada e de funcionalismo público na esfera estatal. Quando citamos a classe média alta, refere-se a uma parcela dessa classe média, composta de profissionais liberais, executivos, comerciantes de médio porte, entre outros que detêm ganhos compatíveis com o 1% mais rico da população, sem, entretanto, pertencer à burguesia.

paramos o Brasil”; “meu partido é meu país”; “saímos do Facebook”; “desculpe o transtorno, estamos mudando o Brasil”; “o gigante acordou”; “ato médico”¹⁶; “cura gay”¹⁷; “mensalão na cadeia”, “voto aberto” (fonte: <<http://g1.globo.com/brasil/fotos/2013>>; acesso em: 10 jan. 2015).

As jornadas de junho de 2013 não tiveram o principal protagonista das campanhas políticas de rua no Brasil desde a primeira eleição direta para presidente do país pós-ditadura, em 1989: o militante/eleitor do PT. Os doze anos de governo petista desgastou o discurso dos militantes, pelo próprio fato de ser poder, pelas alianças que foram feitas para governar, pela frustração da ausência de políticas mais à esquerda e, não menos importante, pelos escândalos de corrupção que vieram a público a partir de 2005, conhecidos como “mensalão”¹⁸.

O discurso que organizava a esquerda já não tinha mais força para articular amplas parcelas da sociedade, com ocorrência nas campanhas presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva. As diferenças ressurgiam e rompiam com as equivalências que o sustentava, e disso resultou dois efeitos: a desmobilização e a fragmentação dos setores de esquerda do espectro político.

Não foi feita uma pesquisa para identificar em quem esses manifestantes haviam votado nas últimas eleições presidenciais. É bastante provável que a maioria não tenha votado nem em Lula, nem em Dilma Rousseff. Mesmo antes de 2014, os candidatos da oposição tiveram um desempenho considerável nas eleições presidenciais que o PT ganhou. Mas não se pode excluir a possibilidade de que

¹⁶ O “ato médico” referia-se a uma lei, aprovada posteriormente, que definia as prerrogativas dos médicos, a qual provocou muita discussão entre os profissionais não médicos da área da saúde. Nas manifestações, os cartazes estavam nas mãos de pessoas que defendiam as prerrogativas dos médicos.

¹⁷ Projeto que tramitava na Câmara de Deputados para suspender a decisão do Conselho Federal de Psicologia de proibir qualquer tratamento para curar a homossexualidade.

¹⁸ Mensalão foi o nome dado à investigação sobre supostos pagamentos em dinheiro, feitos pelo PT aos deputados dos partidos aliados no Congresso Nacional, para aprovar os projetos de governo.

nas manifestações houvesse eleitores do PT arrependidos, principalmente devido aos escândalos de corrupção. Por essas características, as manifestações de 2013 produziram a matéria prima que gestou a construção dos novos discursos revelados nas manifestações de 2014.

Laclau é muito enfático quando fala em construção de discursos políticos em diferentes demandas que se articulam. Se analisarmos as manifestações de 2013 no que concerne a essa massa fragmentada, podemos identificar um conjunto de demandas, tais como educação, saúde, segurança, fim da corrupção. Mas esses itens são, na verdade, mais consignas do que demandas, pois Laclau, quando fala em demandas, pensa em demandas sociais que constituem sujeitos sociais e políticos com propostas. A questão da saúde nas manifestações, muitas vezes, era o discurso de jovens médicos contrários às políticas públicas, que caminhavam na direção de maior e melhor atendimento médico para as camadas mais pobres da população. Não se viu nas ruas nenhuma manifestação de estudantes de escolas públicas, ou de pais e professores se colocando na defesa de uma escola pública de qualidade, por exemplo.

Em 2013, a popularidade da Presidenta Dilma caiu de 65% de ótimo e bom em março, mês do início das manifestações, para 30% em junho. De julho de 2013 a dezembro de 2014, a popularidade não oscilou abruptamente, ficando sempre entre 30% e 40% (fonte: <<http://datafolha.folha.uol.com.br>>; acesso em: 20 jan. 2016). Esses são dados importantes a considerar, mostram que as manifestações ocorreram não porque havia um governo com baixa popularidade, mas o contrário, a baixa popularidade foi consequência das manifestações, ou, melhor ainda, da incapacidade do governo de reagir a elas através de um discurso popular (historicamente o discurso do PT) que desse sentido ao próprio governo.

As manifestações de 2013 resistem a caracterizações precisas. É um momento muito peculiar em que as diferenças são mais fortes do que as equivalências. Mesmo que, em alguns

momentos, se pudessem identificar palavras de ordem muito semelhantes em todos os lugares, como as que afirmavam o descrédito nos políticos e nos partidos, elas tinham sentidos muito diversos nas mãos e bocas de diferentes portadores.

Segundo momento das manifestações: a Copa do Mundo de Futebol de 2014

Na introdução deste artigo, mencionamos o jogo inaugural da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, no dia 12 de junho de 2014, como um ponto de inflexão no discurso das manifestações que ocorreram no país entre 2013 e 2015. Para chegarmos a esse evento específico e entendermos a sua importância no processo, devemos antes voltar o olhar para o conjunto de manifestações ocorridas nos primeiros meses de 2014, antipáticas à Copa.

138 No popular país do futebol, houve uma grande mobilização contra o evento, liderada por grupos ligados a partidos de esquerda e movimentos sociais urbanos. Ao contrário do que o governo e a imprensa imaginavam, a Copa não empolgou os brasileiros em geral, tendo contribuído para isso os altos preços dos ingressos, que excluía a maioria da população de assistir aos jogos nos estádios, e a pouca credibilidade no selecionado do país. Além do mais, a forma autoritária e “imperial” com que as autoridades da FIFA (Federação Internacional de Futebol) se referiam às obras dos estádios e à preparação do evento causou repúdio por parte da população, que passou a chamar a Copa nas redes sociais sarcasticamente pelo seu nome oficial: a “Copa do Mundo da FIFA”¹⁹.

É nesse clima que as manifestações contra a Copa do Mundo chegaram às ruas. Há possíveis linhas de comparação com os eventos acontecidos em 2013, mas há também distinções fundamentais. Não foram manifestações com grande

¹⁹ Esse repúdio não tem nada a ver com os escândalos de corrupção que depuseram a direção da FIFA em 2015. Os acontecimentos no Brasil são anteriores.

número de pessoas, mas foram organizadas a partir de *blogs* e páginas do Facebook e tiveram participação de partidos à esquerda do PT. Os organizadores formaram pelo menos três grupos bem delimitados: os “não vai ter Copa”, o “Comitê Popular da Copa” e o “Comitê Popular dos atingidos pela Copa”. Os conteúdos presentes tendiam a repetir os de 2013: corrupção, saúde, educação, segurança, descrença nos partidos e nos políticos. No entanto, as semelhanças param aí. Diferentemente, em 2014 havia um conteúdo com potencialidade de se tornar um significante vazio: a Copa do Mundo. Ela significava a corrupção, os gastos desnecessários, a incompetência, o desgoverno. A Copa do Mundo tornou-se sinônimo de governo Dilma. Ao contrário de 2013, agora havia um discurso articulado, que construía equivalências. Mas o que havia de mais original é que esse conjunto de articulações se associava a duas posturas ideológicas opostas.

De um lado, estavam os manifestantes anti-PT, que associavam o partido ao comunismo, a Cuba; o Facebook dos “não vai ter Copa” denunciava o programa social do governo, o Bolsa Família, como o maior arrecadador de votos do partido e dava espaço para o conservador deputado e pastor pentecostal Marco Feliciano. Os manifestantes ligados a esse movimento demandavam serviços públicos “padrão FIFA”, atribuindo razão à federação internacional de futebol em suas reclamações sobre a qualidade das obras no país. De outro lado, havia manifestantes que pertenciam a movimentos sociais e partidos de esquerda. Uma liderança do “Comitê Popular dos atingidos pela Copa”, de São Paulo, em entrevista à época, afirmou:

Queremos garantir a liberdade de manifestação, que está muito ameaçada com projetos de lei, reforço na segurança, nas polícias militares e no Exército, que já estão a postos para coibir protestos na Copa. Queremos o direito à manifestação para então poder reivindicar o direito à moradia, ao trabalho ambulante, o fim da exploração sexual

de crianças e mulheres (fonte: www.comitepopularesp.wordpress.com>; acesso em: 14 dez. 2014).

O processo de construção discursiva é muito particular nesse momento, demandas aparentemente fragmentadas se organizavam em uma cadeia equivalente: moradia, trabalho ambulante, fim da exploração sexual de crianças e mulheres, apareciam como um lado da luta contra o governo federal, que reprimia o movimento das ruas. Esse também foi um momento de violência, com quebra de vitrines de agências bancárias e enfrentamento com a polícia. Novamente, a palavra da liderança é explicativa:

Essa violência, que não é contra pessoas, é uma resposta à violência cotidiana do Estado contra a população. A violência é nos deixar em ônibus e metrô lotados, com uma qualidade péssima de serviço, filas na saúde pública, péssimas condições de educação, ter milhões de pessoas despejadas de suas casas para dar lugar a obras da Copa, sem alternativa de moradia [e destaca:] Sem contar a violência contra a população de rua, que está sendo expulsa do centro da cidade para não ser vista pelos turistas (fonte: www.comitepopularesp.wordpress.com>; acesso em: 14 dez. 2014).

140

O discurso aqui inverte o sentido da violência, articulando-a às condições de vida da população. A violência era o transporte público, a educação, as pessoas deslocadas com as obras da Copa, a cidade “limpa” para os turistas. Houve, portanto, discursos antigoverno, mas que estavam em clara oposição às manifestações dos grupos conservadores. Em termos de número, nenhuma das manifestações de 2014 contra a Copa foi de grande proporção, mas elas tiveram papel importante na trajetória discursiva em análise neste artigo²⁰.

²⁰ Ver nota de rodapé 5.

Em meio a essas posições ideologicamente opostas havia um vácuo discursivo importante: o governo Dilma, o terceiro do Partido dos Trabalhadores, havia perdido a possibilidade de se significar discursivamente, em outras palavras, de dar sentido às suas próprias ações. O que se identificou em 2013 recrudescceu um ano depois. Isso não ocorreu de um momento para o outro, foi-se gestando ao longo de doze anos de governo. O PT, partido de grande militância, havia sido capaz de articular as demandas populares democráticas do país por um longo período. Lula tinha sido candidato à presidência da República cinco vezes, tendo ganhado as duas últimas eleições. Mas, desde a primeira campanha, quando chegou ao segundo turno contra Fernando Collor de Mello, em 1992, se construiu como candidato sobre um discurso de mudança que incorporava setores populares e largas faixas das camadas médias da população.

Não pretendemos neste artigo nos aprofundar nas razões do esgarçamento do discurso do PT, mesmo assim é importante, para a análise da trajetória discursiva dos anos em pauta, apontar, ainda que rapidamente, três razões que contribuíram para esse cenário.

A mais óbvia dessas razões foram os três mandatos do PT na presidência da República, que provocou um sentimento de decepção nos militantes, os quais viram frustradas suas expectativas de mudanças mais radicais, impossibilitadas pelos acordos que o governo fora obrigado a fazer com partidos centristas para montar uma sempre potencialmente instável maioria no Congresso Nacional²¹. Também como governo, o partido teve de fazer acordos com os setores

²¹ O presidencialismo de coalizão – como é o sistema político partidário brasileiro – torna o partido vitorioso refém de acordos e alianças com os demais partidos para ter condições de governar, o que diminui muito as possibilidades de levar adiante políticas exclusivas do partido e os anseios de sua militância. No caso do PT, isso se tornou ainda mais difícil, pois mesmo os partidos de centro tenderam a lhe fazer oposição ou cobraram altos preços pelo apoio.

do mercado financeiro e da indústria, acordos estes pouco palatáveis à militância. O desgaste em ser governo é natural, mas aumentou à medida que o partido foi perdendo o apoio de seus militantes.

A segunda razão foi o afastamento do governo, tanto de Lula como de Dilma, das bases dos movimentos sociais. Eles apostaram em políticas públicas sociais que provocaram mudanças significativas na vida das classes populares, mas não incluíram politicamente essas classes. O eleitor do PT passou a ser um cliente do governo, um cliente de suas políticas públicas. Uma vez ter-se tornado cliente, o eleitor deixou de ter uma relação política com a política e isso foi marcante quando não se via nas manifestações nenhuma posição explícita de apoio ao governo e/ou ao partido. As duas eleições de Dilma Rousseff mostram essa característica: de que Dilma vendia uma proposta que fora comprada por uma clientela²².

142

A terceira razão do esgarçamento do discurso petista foram os escândalos de corrupção que vieram a público em 2005, popularmente chamados de “mensalão”, já referidos neste artigo. O governo liderado pelo PT fora acusado de conseguir maioria no Congresso Nacional pagando uma mesada a vários deputados da base aliada. O escândalo começou com a denúncia de um deputado que recebia propina como líder de seu partido e chegou ao ministro mais importante do governo e à cúpula do próprio partido. O julgamento se estendeu até dezembro de 2012, quando o Supremo Tribunal Federal condenou à prisão os deputados envolvidos e dois dos principais líderes e fundadores do Partido dos Trabalhadores²³. Em março de 2014, um novo

²² Para uma análise detalhada da primeira campanha eleitoral de Dilma Rousseff em 2010, ver Pinto (2012).

²³ Foram condenados nessa ocasião o ex-deputado José Dirceu, fundador do PT, ex-presidente do partido e Chefe da Casa Civil do governo Lula, e o deputado José Genoíno, então presidente do PT.

escândalo de corrupção ocupou o noticiário, propinas de milhões de dólares levaram à prisão ex-diretores da Petrobrás, políticos e empreiteiros. Os escândalos bateram de frente com a história do PT, de defesa da ética na política, e afastaram ainda mais seus militantes e eleitores.

Esse é o cenário de um vácuo discursivo, pois o que se fragmentava era a hegemonia do PT construída por longos anos através do discurso que incluía militantes e eleitores fiéis. Não perdeu seus eleitores como consequência imediata, tanto que Dilma Rousseff foi eleita e reeleita em meio aos grandes escândalos de corrupção, mas perdeu a sua capacidade de dar sentido à vida política, às causas políticas. E como tinha ocupado esse espaço por longo tempo e interpelado parcelas significativas da sociedade brasileira e, praticamente, todo o espectro da esquerda, a crise do discurso petista deve ser computada como uma importante razão da fragmentação discursiva em 2013 e dos primeiros ensaios de reorganização discursiva durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Não é o caso de afirmar que esses novos discursos interpelaram a massa de eleitores do PT, pois não temos elementos para isso. Porém, a crise do discurso petista possibilitou um vazio discursivo e uma miríade de significantes flutuantes à disposição para serem articulados em novas cadeias de equivalência.

Essas são as condições de emergência do evento de abertura da Copa do Mundo de Futebol, na cidade de São Paulo, em 12 de junho de 2014. A grande vaia sofrida pela presidenta da República ao ter seu nome anunciado foi o momento inaugural do discurso conservador, fundamentalmente antipetista, que tomou fôlego a partir de então, dando sentido às manifestações por seu *impeachment* em março de 2015. Esse fluxo de discurso conservador surgiu em um momento que havia um discurso radical de esquerda circulando, que interpelava grupos específicos e minoritários, como vimos anteriormente. Entretanto, não havia o

grande articulador do povo, o discurso que simbolizava o líder. O discurso petista, que, por longos anos, havia ocupado esse espaço, estava em crise. Esse foi o caldo de cultura que propiciou a liderança difusa de grupos nas redes sociais, que começaram a articular um novo discurso conservador com apelo popular.

Considerar o jogo do dia 12 de junho o momento inaugural desse discurso conservador não implica dizer que antes já não houvesse um forte sentimento anti-PT e anti-presidenta da República, nem tão pouco, de outra forma, que o PT, apesar da crise discursiva, tivesse sido abandonado por seus eleitores. A novidade em 2014 é que o campo da centro-esquerda estava desorganizado e o campo da centro-direita tomava a dianteira, sendo capaz de, a partir da exploração de um sentimento anti-Dilma, construir um discurso popular pautado por palavras de baixo calão, painéis nas janelas de prédios de classe média, xingamentos machistas contra a presidenta e até uso pornográfico de sua imagem²⁴. É mister chamar a atenção que esse discurso com apelo popular não foi levado a efeito pelas classes populares indignadas, mas por setores da alta classe média, pelo menos em 2014. No estádio de futebol, o Itaquerão, as vaías foram puxadas pelos ocupantes dos setores VIP, cujo ingresso custou, ao câmbio da época, 450 dólares²⁵. Os painéis, que se seguiram a cada aparição da presidenta ou de programas do PT veiculados em rede nacional de televisão, também aconteciam nos bairros de alta classe média nas principais cidades do país. Apesar de esse discurso beneficiar a oposição, no caso o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), não se pode

144

²⁴ Não cabe no escopo deste artigo analisar a forma como a Presidenta Dilma Rousseff foi qualificada por seus opositores, mesmo assim é importante pontuar que sua desqualificação esteve sempre a todo momento associada à sua condição de mulher, expressando um forte machismo arraigado na sociedade brasileira.

²⁵ Os xingamentos contra a presidenta foram contundentes mas localizados, ecoaram da área VIP (uma das mais caras) e de outras partes do estádio naquele dia. (Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br>>; acesso em: 4 jan. 2016).

afirmar que este era o discurso do partido, que nunca se colocou abertamente na liderança desse novo cenário político.

Após a Copa do Mundo, o Brasil entrou em campanha eleitoral para a presidência da República. O que interessa para os propósitos deste artigo é, especificamente, o segundo turno das eleições presidenciais de 2014, quando Dilma Rousseff teve como adversário Aécio Neves, do PSDB. O que se viu foram os apoiadores de Dilma em casa e um novo tipo de militante político nas ruas – um militante conservador, de classe média alta, com uma campanha agressiva anti-Dilma e anti-PT. As pesquisas eleitorais davam empate técnico e o que se ouviu nas ruas foi a voz do estádio do Itaquerão.

Ao contrário das manifestações anteriores, as vaías no estádio não foram contra todos os políticos, a FIFA ou contra a corrupção, mas dirigidas, especificamente, à presidenta da República, que pleiteava a reeleição. Houve um importante deslocamento no discurso das manifestações, a fragmentação discursiva encontra o significante vazio, Dilma Rousseff, capaz de articular em uma cadeia de equivalência todos os conteúdos que significavam dispersamente os problemas do país.

Em 2014, a campanha para as eleições presidenciais e a reeleição de Dilma Rousseff no segundo turno por uma diferença de 3,28% dos votos (TSE, 2016) não apontavam rearticulação do discurso de centro-esquerda, mas o contrário, o fortalecimento do discurso de centro-direita, que, durante as eleições e principalmente durante a campanha para o segundo turno, tomou as ruas dos bairros de classe média e média alta de todo o país. A surpresa desse cenário é que Dilma Rousseff ganhou as eleições sem a tradicional militância e apoiadores do PT nas ruas, que sempre haviam aparecido como o grande sujeito político das vitórias petistas. De forma diversa, o discurso das ruas estava sendo construído pelos apoiadores de seu adversário, Aécio Neves, do PSDB. O eleitor de Dilma em 2014 havia sido eleitor anteriormente de Lula e de Dilma em 2010, entretanto já não

era o militante, mas sim o cliente, que, naquele momento, defendia a continuidade de políticas sociais estruturantes, que haviam melhorado a vida de significativa parcela da população brasileira²⁶.

Não cabe no escopo deste artigo analisar as eleições presidenciais de 2014. As manifestações nas principais cidades do país na semana imediatamente anterior ao dia da eleição do segundo turno estão a merecer um estudo acurado; para os nossos propósitos, é necessário apenas pontuar que naquele momento se fortificava o discurso inaugurado no estádio de futebol por ocasião da abertura da Copa. Tendo sido Dilma Rousseff vencedora das eleições, de pronto se iniciou a campanha por seu *impeachment*, que tomou as ruas em março de 2015.

Terceiro momento das manifestações: as jornadas de março de 2015

146

O segundo turno das eleições presidenciais deixou o país profundamente dividido e com as forças de oposição que haviam votado em Aécio Neves inconformadas com a derrota por uma pequena margem de votos. Após as eleições, o discurso anti-Dilma tomou imediatamente o *impeachment* como seu conteúdo central.

Dilma Rousseff venceu as eleições, mas não venceu o discurso. Quem falava em nome do Brasil, quem dizia o que

²⁶ Sobre as políticas sociais dos governos Lula e do primeiro mandato de Dilma Rousseff, ver Kerstenetzky (2009). Scalón mostra as alterações ocorridas no período: “Entre 2002 e 2009, a participação da ‘Classe C’ – que vem sendo chamada de nova classe média –, no recorte estudado, passou de 45,4% para 54,2%. A ‘Classe A & B’ correspondia a 13% do recorte, em 2002, passando para 17%, em 2009. A ‘Classe D’, que, em 2002, respondia por 15,5% do recorte, em 2009 cai para 12,2%. Por fim, a ‘Classe E’ apresentou uma substantiva diminuição, indo de 26,1%, em 2002, para 16,5%, em 2009. Desse modo, percebemos uma melhora na distribuição de renda, com os grupos de menor renda diminuindo sua participação e os grupos de renda média e alta intensificando sua presença. Devemos destacar a notável queda da participação da ‘Classe E’ e também o correlato aumento da ‘Classe C’” (Scalón e Salata, 2012, p. 136).

era o país, o que iria acontecer, era a oposição partidária e alguns grupos organizados nas redes sociais. A popularidade da presidenta caiu nos três meses posteriores à eleição de forma vertiginosa: em dezembro, Dilma tinha 42% de ótimo e bom na avaliação de seu governo e 24% de péssimo; em março, caiu para 13% de ótimo e bom e 60% de péssimo. Essa variação não decorreu de alguma medida drástica que a presidenta tivesse tomado nos primeiros meses de governo, mas da incapacidade do governo de dar sentido à sua própria existência. Se forem comparados os dados dessa pesquisa com os dados eleitorais, há proximidade na percentagem de votos para Rousseff no segundo turno, 48,36%, e os 42% de ótimos em dezembro. Dos dados, é possível inferir que, em três meses, significativo número de seus eleitores mudou de opinião sobre a presidenta (fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br>>; acesso em: 10 jan. 2016).

Uma explicação plausível para esse fenômeno deve ser buscada na desagregação discursiva já em curso desde 2013. O que não impediu, porém, que o tradicional eleitor do PT e os clientes do governo votassem em Dilma Rousseff, por ideologia ou por cálculo de custo-benefício. Mas a vitória eleitoral não proporcionou a articulação de um discurso de governo capaz de dar sentido à política do país. O recrudescimento do discurso oposicionista, fortemente determinado pelas acusações de corrupção contra políticos do governo, resultou na popularização de postagens nas redes sociais de textos conservadores, antipetistas e de acusações e impropérios à presidenta e à pessoa Dilma Rousseff bastante agressivos. O governo chegou nas manifestações de março de 2015 com o país totalmente significado pelas oposições. O apoio popular a Dilma estava restrito ao núcleo dos militantes do PT.

Quando das manifestações de março, já estavam organizados vários grupos nas redes sociais para lutar pelo *impeachment* da presidenta; eles foram responsáveis pelas convocações, contando com o apoio das principais redes nacionais

de televisão. Segundo o portal *UOL*, 2 milhões de pessoas estiveram nas ruas no dia 15 de março²⁷. Esses eventos apresentaram três características marcantes: a primeira é o fato de que a grande maioria das pessoas estavam vestidas com camisetas amarelas da seleção de futebol do Brasil²⁸; a segunda foi a mudança do local das manifestações, nas diversas cidades em que elas ocorreram. As manifestações populares em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, desde quando contra a ditadura militar, aconteciam nos centros históricos (centros velhos) dessas cidades: Praça da Sé em São Paulo; Cinelândia no Rio de Janeiro e Largo da Prefeitura em Porto Alegre. As manifestações de março de 2015 deslocaram as concentrações para locais e/os bairros de classe média alta: avenida Paulista e seu entorno em São Paulo, Copacabana no Rio de Janeiro, Moinhos de Ventos em Porto Alegre, para citar apenas alguns exemplos em grandes capitais. Esse deslocamento não é um detalhe, espelha o tipo de pessoas que era esperado nas manifestações. O deslocamento no domingo (dia das manifestações) dos moradores da periferia para os locais onde as manifestações ocorreriam seria de grande dificuldade. Isso não implica dizer que havia a intenção de não ter setores populares nas manifestações, mas sim de que não era para esses setores que estavam sendo dirigidas as convocações. Em 2013, as manifestações nessas três cidades ocorreram nos centros velhos, o deslocamento geográfico seguiu o deslocamento discursivo.

As manifestações de março de 2015, ao contrário do que acontecera nos dois anos anteriores, tinham um mote ao redor do qual se articulava o discurso. O mote era “*impeachment* de Dilma Rousseff”; toda e qualquer outra questão era decorrente dessa questão central. Desapareceram a fragmen-

²⁷ Ver nota de rodapé 6.

²⁸ Desde 1954, o uniforme da seleção brasileira é a camiseta amarela, apelidada de canarinho. A histórica identificação entre o selecionado e o povo brasileiro tornou o uniforme sinônimo da expressão de patriotismo.

tação discursiva, os temas sociais, políticos e econômicos. Também desapareceram das ruas todos os grupos alinhados à esquerda do governo, como os anarquistas, os Black Blocs, os partidos políticos e movimentos sociais populares.

O discurso articulou-se em uma forte cadeia de equivalência onde três elos o organizavam, Dilma-PT-corrupção, e se antagonizavam ao Brasil representado pelos manifestantes vestidos de amarelo. Se, em 2013, poderia ser identificado um antipartidarismo, mesmo em grupos identificados com posições à esquerda, como o Movimento Passe Livre, que se declarava antipartidário, em 2015 o cenário foi distinto, centralizando-se no discurso anti-PT. O PT fora caracterizado como corrupto e sinônimo de Dilma. Houve um deslocamento discursivo importante: após doze anos de governo petista em nível nacional, de inúmeras prefeituras e estados governados pelo partido desde 1990, o PT reapareceu como um perigo comunista. Nas manifestações em todo o Brasil, lia-se nos cartazes: “a nossa bandeira jamais será vermelha”; “chega de doutrinação marxista”; “basta de Paulo Freire”, “O Brasil não será uma Cuba”; “O PT é o câncer do Brasil”.

149

Nas redes sociais, havia muitos grupos chamando à manifestação de 15 de março e três deles foram particularmente fortes pelo número de seguidores e por terem vida fora do tempo das manifestações: o movimento “Vem pra rua”, o “Movimento Brasil Livre” e os “Revoltados ONLINE”. Os cartazes publicados nas páginas do Facebook desses grupos são exemplares das articulações que construíam o discurso que se gestava. No “Vem pra rua”, o centro do cartaz trazia uma foto de Maduro, presidente da Venezuela, e o texto era o seguinte: “Na Venezuela, já era! Assembleia Nacional da Venezuela dá plenos poderes para Maduro legislar por decreto, transformando-o em Ditador, mas no Brasil só depende de você, dia 15 de março vem pra rua!”. O “Movimento Brasil Livre” convocava em sua página com as seguintes consignas: “sem bolivarismo, nem militarismo”.

Havia também, nas manifestações, faixas pedindo intervenção militar; elas eram de duas naturezas: faixas de indivíduos ou pequenos grupos, algumas inclusive em inglês: “*we want military intervention now*”, e faixas produzidas profissionalmente por um movimento chamado “SOS Forças Armadas”²⁹, que, numericamente, era pouco expressivo, mas que atualizava o espaço político das Forças Armadas. Na página do Facebook dos “Revoltados ON LINE” (acesso em: 10 jan. 2016), lia-se: “chegou a hora de colocar o lixo pra fora! fora PT – fora Dilma – convidem seus amigos! Juntos somos mais fortes e com Deus na nossa frente somos imbatíveis! Chegou a hora de colocar o lixo pra fora”.

150 Esse foi um novo momento discursivo que canalizou as insatisfações fragmentadas que apareciam desde 2013; era ideologicamente muito bem cortado, recolheu um signifi-
cante flutuante poderoso – a corrupção –, que carregava em si todos os outros problemas: educação, segurança, saúde. A corrupção tornou-se equivalente a PT e governo Dilma, e a presidenta passa a ser, a partir então, o novo significante vazio da política brasileira.

Além das Forças Armadas, outro conteúdo atualizado foi o anticomunismo. A grande maioria das pessoas que estava nas ruas não havia vivido as campanhas anticomunistas no Brasil que dominavam o discurso dos partidos de direita e das Forças Armadas na década de 1950, e que foram fundamentais para angariar apoio popular para o golpe militar de 1964. Em 2015, o anticomunismo renasceu facilitado com a identificação do governo da Venezuela como comunista e a associação desse país com o Partido dos Trabalhadores e com os governos de Lula e Dilma.

Na trajetória que foi analisada, partiu-se de 2013, quando havia como passado recente dois discursos políticos arti-

²⁹ Informações sobre esse grupo encontram-se na página do Facebook *SOS forças Armadas – comunidade* (acesso em: 10 jan. 2016).

culados, o discurso do PT e o discurso do PSDB. Mesmo considerando as importantes vitórias do PSDB no Estado de São Paulo e nas eleições nacionais, elegendo duas vezes o presidente da República, foi o PT que sempre teve a liderança das ruas, com seus grandes comícios e sua militância nas campanhas eleitorais. Foi o discurso petista que se fragmentou ao longo dos anos de governo. Foi da fragmentação desse discurso que floresceram os significantes flutuantes rearticulados ao longo dos três anos de manifestações de que este artigo se ocupou.

É difícil afirmar que as pessoas que estiveram nas manifestações de 2013 em vários lugares do país voltaram às ruas em 2015 para pedir o *impeachment* da Presidenta Dilma. Certamente, os grupos radicais de esquerda, os eleitores históricos do PT que estiveram nas ruas para pressionar o governo, não foram esses que voltaram às ruas dois anos depois. Mas havia uma massa de pessoas em 2013 que não pertencia a nenhum desses grupos, eram cidadãos comuns, jovens que não encontravam mais na militância de partidos razão para a participação política, e que haviam ido para as ruas indignados principalmente com os escândalos de corrupção. Possivelmente, muitas dessas pessoas foram interpeladas pelo discurso com tendências claramente conservadoras, anti-PT, anticomunista e a favor do *impeachment* dos grupos que se criavam nas redes sociais. Mas é muito provável que a maioria dos participantes de 2015 seja de novatos em manifestações de rua.

Pois bem, sejam eles novos ou velhos manifestantes, o importante a reter, a título de conclusão, é que a novidade nas ruas em 2015 em relação a 2013 era um novo discurso articulado dando sentido à política. Na trajetória que o produziu, desapareceram vestígios de luta por direitos, por melhores salários, por melhores serviços públicos, por passe

livre nos transportes públicos, ou por performances simbólicas contra o capitalismo. As grandes manifestações foram lideradas por moradores de bairros nobres, de classe média e média alta, antipetistas, muito dispostos a bater panelas e usar uma linguagem vulgar para se referir à presidenta da República e lutar por seu *impeachment*.

Este artigo não teve qualquer objetivo de preverações futuras, de expor um processo terminado com suas consequências, mas descrever uma trajetória que, ao longo de quase três anos, trouxe para o protagonismo das manifestações um sujeito novo para as ruas, considerando o tempo de democracia brasileira pós-1985: o sujeito tendencialmente de direita do espectro político, constituindo-se em um discurso com apelo popular, a partir de enunciadores de classe média.

Celi Regina Jardim Pinto

152 é professora titular do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Bibliografia

- CARREIRO, R. 2014. Black Bloc em ação: reforço de identidade e outras dinâmicas de ativismo no Facebook. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, pp. 241-57.
- CASTELLS, M. 2012. *Networks of outrage and hope: social movements in the internet age*. Cambridge: Polity Press.
- CIRENZA, F. 2013. O que diz o MPL. Entrevista com Nina Cappello e Vitor dos Santos Quintiliano. *Revista Brasileiros*, n. 72, pp. 66-71.
- KERSTENETZKY, C. L. 2009. Redistribuição e desenvolvimento? A economia política do Programa Bolsa Família. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, pp. 53-83.
- LACLAU, E. 1996. *Emancipación y diferencia*. Buenos Aires: Ariel.
- _____. 2013. *A razão populista*. Rio de Janeiro: EdUERJ. [Originalmente: *On populist reason*. London: Verso, 2005].
- _____. 2014. *The rhetorical foundation of society*. London: Verso.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. 1985. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso.

- PINTO, C. R. J. 2012. As eleições presidenciais de 2010: candidatas mulheres ou mulheres candidatas? In: ALVES, J. E.; PINTO, C. R. J.; JORDÃO, F. (eds.). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP.
- SCALON, C.; Salata, A. 2012. Uma nova classe média no Brasil da última década? O debate a partir da perspectiva sociológica. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 27, n. 2. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922012000200009>>. Acesso em: 12 jan. 2016.
- SEGARRA, J. J. 2015. “Paz entre nós, guerra aos senhores!”: uma etnografia sobre o Bloco de Lutas pelo Transporte Público e a ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Porto Alegre: IFCH, UFRGS. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/129991>>. Acesso em: 12 jan. 2016.
- VIEIRA, W.; LOCATELLI, P. 2013. “Não há violência no Black Bloc. Há performance”. Entrevista com Roberto (nome fictício). *Carta Capital*, 2 ago. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/201cnao-ha-violencia-no-black-bloc-ha-performance201d-9710.html>>. Acesso em: 7 mar. 2017).
- ZIZEK, S. 2011. *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo: Boitempo.

Páginas consultadas na internet

www.comitepopularesp.wordpress.com
 www.datafolha.folha.uol.com.br
 www.folha.uol.com.br
 www.g1.globo.com
 www.ibge.br
 www.jornaldenegocios.pt
 www.mpl.org.br / <http://tarifazero.org/mpl/>
 www.noticias.uol.com.br
 www.observatoriodaimprensa.com.br
 www.tse.jus.br
 www.uol.com.br

Páginas do Facebook acessadas

REVOLTADOS ON LINE – comunidade: <<https://web.facebook.com/revoltadosonline/>>
 SOS Forças Armadas – comunidade: <<https://web.facebook.com/SOS-For%C3%A7as-Armadas-831565736880647/?fref=ts>>



A TRAJETÓRIA DISCURSIVA DAS MANIFESTAÇÕES DE RUA NO BRASIL (2013-2015)

CÉLI REGINA JARDIM PINTO

Resumo: Entre 2013 e 2015, o Brasil vivenciou um conjunto significativo de manifestações que levou milhares de pessoas às ruas de suas principais cidades. Neste artigo, analisamos a trajetória discursiva desses eventos percorrendo três momentos distintos e fundamentais: (1) as manifestações de junho de 2013; (2) as manifestações relacionadas à Copa do Mundo de Futebol em 2014 e (3) as manifestações pelo *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, em março de 2015. Pretendemos demonstrar que, no decorrer de cerca de dois anos, houve um deslocamento discursivo em uma direção conservadora. Para levar a efeito nosso objetivo, nos valem da teoria do discurso desenvolvida por Ernesto Laclau, cujas principais teses encontram-se nas obras *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*, escrita com Chantal Mouffe e publicada originalmente em 1985, e *A razão populista*, de 2005.

Palavras-chave: Manifestações; Crise Discursiva; Política Brasileira; Teoria do Discurso.

THE DISCURSIVE TRAJECTORY OF DEMONSTRATIONS IN BRAZIL (2013-2015)

Abstract: *Between 2013 and 2015, Brazil experienced numerous demonstrations in its major cities that drew thousands of people into the streets. The aim of this article is to analyze the discursive trajectory of these demonstrations, focusing on three distinct and essential moments: (1) the June 2013 demonstrations; (2) the demonstrations surrounding the 2014 FIFA Soccer World Cup; (3) and the demonstrations linked to the impeachment of President Dilma Rousseff in March 2015. We aim at showing that a discursive shift took place towards the political right throughout around two years. To analyze this trajectory, we made use of*

the discourse theory developed by Ernesto Laclau, whose main theses are explored via two works: Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics, written with Chantal Mouffe and published in 1985, and On populist reason from 2005.

Keywords: *Demonstrations; Discursive Crisis; Brazilian Politics; Discourse Theory.*

Recebido: 17/08/2016

Aprovado: 21/02/2017